



JUCESP PROTOCOLO
0.536.471/14-9



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AUCKLAND PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento,

AUCKLAND PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 7º andar, Jardim Europa, CEP 04536-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.492.543/0001-00, neste ato representa de acordo com seu estatuto social ("Emissora" ou "Auckland"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

e, ainda, como intervenientes anuentes, na qualidade de prestadores de garantia real,

ACECO TI S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Armando Andrade nº 529, parte A, parque Santos Dumont - CEP 06754-210, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 43.209.436/0001-06, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Aceco"); e

AUCKLAND - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.960.736/0001-04, neste ato representado na forma de seu regulamento ("FIP").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços*

2

~

Restritos, da Auckland Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as seguintes autorizações:

(i) a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 09 de junho de 2014 ("AGE") a ser apresentada para registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), na qual foram deliberadas, entre outras coisas, a aprovação da Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, e a constituição da alienação fiduciária das ações da Aceco nos termos da cláusula 5.19 abaixo, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
; e

(iii) Assembleia Geral de quotistas do FIP ("AGQ FIP") realizada em 12 de maio de 2014, na qual foi deliberada a constituição da alienação fiduciária das ações da Emissora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. Nos termos do artigo 1º, § 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta está automaticamente dispensada de registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"). Não obstante, a Oferta será registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no

artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGE da Emissora e da AGQ do FIP

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e será publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no Jornal "Valor Econômico" ("Jornais de Publicação"), em conformidade com o artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da AGQ do FIP que deliberou a constituição da Garantia, foi arquivada no 10º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório").

2.2.4. A Emissora e o FIP encaminharão ao Agente Fiduciário cópia das atas da AGE da Emissora e da AGQ do FIP que deliberaram a Emissão e a constituição das Garantias (conforme abaixo definido) devidamente arquivada na JUCESP e/ou no Cartório, conforme o caso, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.2.5. Os atos societários da Emissora e do FIP que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos devidamente registrados na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido registro na JUCESP.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e negociação no mercado secundário no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários CETIP 21 ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"),

2

W

sendo a distribuição e a negociação das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. Nos termos do artigo 3º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, e administração de bens próprios, e a representação de sociedades nacionais ou estrangeiras por conta própria ou de terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

4.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

4.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

4.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

4.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para o pagamento

parcial do preço de aquisição de ações de emissão da Aceco representativas, na presente data, de 85,0% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Aceco, nos termos do *Share Purchase and Sale Agreement* celebrado em 31 de março de 2014 para aquisição da Aceco ("SPA").

4.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e o escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", sem número, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e/ou "Escriturador Mandatário").

4.7. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.8.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e liquidação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Auckland Participações S.A." ("Contrato de Distribuição") firmado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.8.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.8.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados,

ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.8.4 A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

4.8.5 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

4.8.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

4.8.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.8.8 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

CLÁUSULA QUINTA- DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Data de Emissão

Para todos os fins de direito e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 23 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

5.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

l
m

5.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 5.19 abaixo.

5.5.1. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em datas diversas (cada uma, uma "Data de Integralização"), a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

5.5.3. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, por meio dos procedimentos do MDA.

As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de junho de 2021 ("Prazo de Vigência das Debêntures" e "Data de Vencimento das Debêntures", respectivamente), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

2

5.7. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.8. Remuneração

5.8.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, ("Sobretaxa" e "Juros Remuneratórios", respectivamente), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração das Debêntures").

5.8.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures

imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

- n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;
- k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;
- TDI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

- DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

$spread = 2,2500$; e

- n = número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- i. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- ii. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- iii. Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo

BACEN
18 03 14

fator diário, e assim por diante até o último considerado.

- iv. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- v. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.8.2.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI ("Indisponibilidade da Taxa DI"). Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.8.2.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

5.8.2.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

2

110284
13 03 14

5.8.2.4. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou

II. a Emissora deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, sendo certo que após o pagamento da última parcela a Emissora deliberará acerca do cancelamento das Debêntures. O novo cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de seu início, por meio de correspondência da Emissora com o "ciente" do Agente Fiduciário, acompanhado dos documentos necessários. O cronograma não excederá a Data de Vencimento das Debêntures, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Emissora até a integral quitação das Debêntures em circulação, as Debêntures em circulação farão jus à remuneração definida nesta Escritura de Emissão, observado que para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem amortizadas extraordinariamente, será utilizado para apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula 5.8 para fins de cálculo da Remuneração.

5.8.2.5. Caso haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre o novo parâmetro para remuneração das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar referida remuneração substituta.

5.9. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

l
2

5.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais, sendo a primeira parcela em 23 de junho de 2016 e a última na Data de Vencimento das Debêntures, conforme estabelecido abaixo:

Data de Pagamento da Amortização das Debêntures.	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures.
23/06/2016	10,00% (dez por cento)
23/06/2017	10,00% (dez por cento)
23/06/2018	10,00% (dez por cento)
23/06/2019	20,00% (vinte por cento)
23/06/2020	25,00% (vinte e cinco por cento)
23/06/2021	25,00% (vinte e cinco por cento)

5.10. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga anualmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo os pagamentos devidos em 23 de junho de cada ano, com início em 23 de junho de 2015 e final na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

5.11. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

5.12. Resgate Antecipado Facultativo

5.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, no todo ou em parte, mediante notificação prévia e escrita aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Banco Liquidante, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado Facultativo" e "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente).

5.12.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (a) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) se o resgate será total ou parcial; (c) o valor do pagamento devido aos Debenturistas conforme disposto na

240327
19 05 14

Cláusula 5.12.3 abaixo; e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

5.12.3. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) dos respectivos prêmios de Resgate Antecipado Facultativo, conforme fórmula abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"):

$$PU_{\text{resgate}} = VNe + (\text{Prêmio} * VNe)$$

onde:

PU_{resgate} = Valor Unitário do Resgate Antecipado

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado

Prêmio = conforme tabela abaixo

Período do Resgate (a contar da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures
Desde a Data de Emissão até 23 de junho de 2016	1,75%
De 23 de maio de 2016 até 23 de junho de 2019	1,50%
A partir de 23 de junho de 2019	1,00%

5.12.4. Caso o Resgate Antecipado Facultativo seja parcial, o Agente Fiduciário conduzirá um sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. O Resgate Antecipado Facultativo parcial, deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, válido para o Resgate Antecipado Facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação,

2

W

sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.12.5. A data do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser 1 (um) Dia Útil. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP, conforme acima. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, por meio de correspondência, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

5.12.6. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.13. Vencimento Antecipado

5.13.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.13.2 a 5.13.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento antecipado pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração devida e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

- (i) (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência da Emissora e/ou da Aceco e/ou de suas Subsidiárias Relevantes (conforme definido abaixo), ou (b) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou da Aceco e/ou suas Subsidiárias Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (ii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Aceco e/ou de suas Subsidiárias Relevantes, exceto se (i) previamente aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas cuja convocação mencione expressamente essa matéria, ou (ii) excetuada a extinção da Emissora em razão de sua incorporação pela Aceco em até dois anos contados da Data de Emissão;
- (iii) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;

2

W

- NOTA
13 05 14
- (iv) declaração de vencimento antecipado das obrigações constantes do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Aceco TI S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão Aceco", "Emissão Aceco" e "Debêntures Aceco");
 - (v) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Aceco, de toda e qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
 - (vi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Aceco e/ou as respectivas Subsidiárias cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da respectiva notificação de protesto for comprovado que: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (ii) o protesto foi cancelado, anulado ou sustado judicialmente, (iii) tenha sido prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) títulos protestado(s), ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado;
 - (vii) inadimplemento, pela Emissora, na data de vencimento original, observado o prazo de cura aplicável ou, em sua falta, no prazo de 1 (um) Dia Útil contados da data do respectivo inadimplemento, de qualquer dívida bancária ou operação realizada no mercado de capitais, local e/ou internacional, da qual a Emissora, a Aceco ou as suas Subsidiárias sejam parte, mesmo que na qualidade de avalista ou garantidora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
 - (viii) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida bancária ou operação realizada no mercado de capitais, local e/ou internacional, da qual a Emissora, a Aceco ou suas Subsidiárias sejam parte, mesmo que na qualidade de avalista ou garantidora, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.
 - (ix) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou de
- 2
- ms

qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso proferida contra a Emissora e/ou contra a Aceco e/ou contra as suas Subsidiárias, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

- (x) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 8.6.4 desta Escritura de Emissão, e exceto no caso de redução do capital social em decorrência dos termos e condições previstos no SPA;
- (xi) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique na modificação do dividendo mínimo obrigatório em vigor na presente data;
- (xii) resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, ou aprovação, por meio de deliberação de proposta para a realização de qualquer destes atos, pela Emissora, no caso de estar inadimplente em relação ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias e *Covenants Financeiros* (conforme definido abaixo) previstos na Escritura de Emissão, excetuado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Emissora. Eventuais prazos de cura estipulados em quaisquer das obrigações, serão desconsiderados para a aplicabilidade deste item;
- (xiii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) se a Garantia Real: (a) for objeto de questionamento judicial, no Brasil ou no exterior, pela Emissora e/ou pela Aceco, ou por seus acionistas, desde que a garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; e (b) não for devidamente constituída e formalizada, nos termos da Cláusula 5.19 desta Escritura de Emissão; ou (c) for anulada ou de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xv) ocorrência de alteração, alienação ou transferência do atual controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, por meio de transferência de ações,

l

lw

cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações), salvo se a alteração, alienação ou transferência do controle acionário direto ou indireto da Emissora for feita para uma sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela KKR & Co. LLP ("KKR");

- (xvi) caso, de maneira comprovada, as declarações feitas pela Emissora e/ou pela Aceco, nesta Escritura de Emissão, sejam falsas, incorretas, em aspectos que impactem negativamente na tomada de decisão fundamentada pelo investidor, na data em que tiverem sido prestadas;
- (xvii) alteração do objeto social da Emissora conforme disposto em seu estatuto social, que resulte em alteração relevante em seu setor de atuação;
- (xviii) sequestro, confisco, expropriação, nacionalização ou desapropriação da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou das Subsidiárias, inclusive de suas ações, por qualquer autoridade governamental, exceto se tal ato for cancelado, susinado ou, por qualquer forma, suspenso, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais;
- (xix) atuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes, que afete de maneira relevante a capacidade financeira da Emissora;
- (xx) não obtenção, suspensão, não renovação, término, cancelamento ou revogação, das autorizações, alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais (se aplicáveis), exigidas pelas autoridades governamentais competentes, que afetem de forma material o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Aceco ou pelas Subsidiárias Relevantes, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xxi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (xxii) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão decretada por ordem de autoridade competente;
- (xxiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Aceco, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

2

2

(xxiv) se em qualquer momento o objeto dos Contratos de Garantia não representar pelo menos 51% das Ações da Aceco exceto (i) caso as ações alienadas fiduciariamente representarem percentual inferior a 51% das Ações da Aceco, a Emissora, nos termos previstos nos Contratos de Garantia, não adotar as medidas necessária para reestabelecer o referido percentual; e/ou (ii) se aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

(xxv) descumprimento pela Aceco, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos índices e limites financeiros ("Covenant Financeiro") indicados na Cláusula 5.13.2. abaixo, observado o disposto na referida cláusula.

5.13.2. Para os fins da alínea xxvii da Cláusula 5.13.1. acima, o *Covenant Financeiro*, a ser verificado trimestralmente, nos termos da Cláusula 6.2 (a) (i), será o índice dívida líquida / EBITDA Recorrente máximo, calculado ao final de cada trimestre fiscal baseado no EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo, sendo certo que a primeira verificação será realizada referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2014:

Ano	Dívida líquida / EBITDA
2014	4,00x
2015	3,75x
2016	3,50x
2017	3,00x
2018	3,00x
2019 em diante	2,50x

5.13.2.1. O cálculo do EBITDA Recorrente descrito acima, será realizado de modo a refletir a capacidade de geração de caixa da Aceco, e deverá excluir o efeito de despesas não recorrentes, não operacionais e sem efeito caixa, com os valores dos respectivos ajustes apurados por auditoria e apresentados aos Debenturistas, que deverão avaliar de boa-fé e usando critérios de razoabilidade.

5.13.2.2. Caso a Aceco exceda a relação entre dívida líquida / EBITDA Recorrente, esta poderá por não mais que 3 (três) vezes, e nunca em períodos consecutivos, até a Data de Vencimento das Debêntures, realizar aumento de capital no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de envio da notificação pelo Agente Fiduciário neste sentido ("Aporte de Capital"), sendo que o valor do aporte será deduzido da dívida líquida para tal período de

2

W

cálculo e terá que ser suficiente para reduzi-la de maneira que após o respectivo Aporte de Capital, o índice dívida líquida / EBITDA Recorrente recalculados com base na dívida líquida ajustada sejam atendidos ("Mecanismo de Cura").

5.13.3. Para fins desta Escritura de Emissão considerar-se-á:

- (i) "EBITDA Recorrente": significa o lucro operacional antes do resultado financeiro, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Aceco, sendo o EBITDA Recorrente ajustado para (i) despesas não caixa; (ii) despesas não recorrentes; e (iii) *pro forma* para aquisições feitas nos 12 (doze) meses anteriores, conforme os parâmetros constantes no Anexo I. O EBITDA Recorrente deverá ser apurado trimestralmente, conforme informações fornecidas pela Emissora ou pela Aceco, e os valores dos ajustes (i), (ii) e (iii) acima serão validados anualmente pelo auditor independente, conforme o Anexo I, e apresentado aos Debenturistas, que deverão avaliar de boa-fé e usando critérios de razoabilidade;
- (ii) "Dívida Líquida": significa a somatória da rubrica de empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos no mercado local ou internacional, impostos parcelados e obrigações por aquisição futura, assim como seus encargos devidos e ainda não pagos, contabilizados tanto no passivo circulante quanto no passivo não-circulante menos as seguintes rubricas: (1) caixa e equivalentes de caixa e (2) títulos e valores mobiliários, com base em valores extraídos da demonstrações financeiras consolidadas da Aceco, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;
- (iii) "Subsidiárias Relevantes": significa as subsidiárias, diretas ou indiretas, atuais ou a serem constituídas da Emissora ou da Aceco cuja receita líquida anual, direta ou indiretamente, seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta da Emissora e na qual a Emissora ou a Aceco detenha ou venha a deter, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 51% do capital social, ou subsidiárias nas quais a Emissora ou a Aceco detenha (i) direitos que assegurem a maioria dos votos nas deliberações da Assembleia Geral, (ii) o poder de eleger a maioria dos administradores, e/ou (iii) o uso efetivo do controle para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos;

2

2

(iv) "Subsidiárias"; significa, além das Subsidiárias Relevantes, aquelas controladas e coligadas cuja Emissora ou a Aceco (a) detenha controle direito ou indireto e/ou (b) possua participação majoritária de forma direta ou indireta.

5.13.4. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (viii), (xii), (xiii), (xv) e (xxii) da Cláusula 5.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura especificados nas respectivas alíneas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.13.5. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos previstos que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.13.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, na forma da Cláusula Oitava da presente Escritura de Emissão, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

5.13.5.1 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 5.13.5 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Caso a referida Assembleia de Debenturistas não tenha quorum suficiente para sua instalação ou mesmo para aprovar a não declaração de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

5.13.5.2 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 5.13.5 acima deverá ser cancelada, até 1 (um) Dia Útil antes da data de realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, caso os eventos previstos na Cláusula 5.13.5 acima sejam sanados antes da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas convocada para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.

5.13.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado, automático ou não, das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que

2

44

2014
15 16 17

todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 5.14 abaixo

5.13.7. Caso ocorra o pagamento citado na Cláusula 5.13.6, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data estipulada para sua realização.

5.14. Multa e Juros Moratórios

5.14.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

5.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.14 acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou prevista no comunicado.

5.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados (i) junto ao Escriturador Mandatário ou (ii) na sede da Emissora.

5.17. Prorrogação dos Prazos

2

W

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado, domingo ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional ou que, por qualquer motivo, não haja expediente na CETIP.

5.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

5.19. Garantias Real

5.19.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário e ao Escriurador Mandatário ("Obrigações Garantidas"), a Emissão contará com as seguintes garantias: (i) a alienação fiduciária de ações ordinárias da Emissora, de titularidade do FIP ("Ações Oneradas Auckland") nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Auckland", a ser celebrado entre a Auckland, o FIP, a Emissora e o Agente Fiduciário e ("Alienação Fiduciária de Ações da Auckland" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações da Auckland", respectivamente); (ii) a alienação fiduciária de ações da Aceco, de titularidade da Emissora, ("Ações Oneradas Aceco" e, em conjunto com as Ações Oneradas Auckland, as "Ações Oneradas") nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Aceco", a ser celebrado entre a Auckland, a Emissora e o Agente Fiduciário e ("Alienação Fiduciária de Ações da Aceco" e "Instrumento de Alienação Fiduciária de Ações da Auckland", respectivamente).

l

m

5.19.2. Nos termos do artigo 125 do Código Civil a eficácia da Alienação Fiduciária de Ações da Aceco está condicionada (i) ao efetivo pagamento do Preço de Aquisição com a consequente e simultânea transferência das Ações Aceco para a Auckland ("Condição Suspensiva") sendo tal eficácia alcançada imediata e automaticamente após os referidos pagamento e transferência das Ações Aceco, independentemente de qualquer interpelação ou outra medida em sentido diverso e (ii) aos registros e averbações previstos na cláusula 3.1.1 (i) e (ii) da Alienação Fiduciária de Ações Aceco.

5.19.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução da Garantia constituída em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.19.4. A Garantia referida acima é outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, desta Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização da Garantia, firmados entre a Emissora, a Aceco e o Agente Fiduciário (conjuntamente, os "Documentos da Garantia").

5.19.5. Nos termos dos Documentos da Garantia, a Emissão Aceco realizada em 23 de junho de 2014, com volume total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), compartilha todas as garantias da presente Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA E DA ACECO

6.1. A Emissora esta obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 (noventa) dias consecutivos da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes ou, conforme o caso, cópia de suas informações trimestrais completas, as quais não serão auditadas, e (b) memória de cálculo dos índices financeiros previstos na Cláusula 5.13.1 (xxvii) acima, referentes aos doze meses anteriores à data de apuração do cálculo;

2

W

- JUCESP
10 05 14
- (ii) em até 10 (dez) Dias Úteis da data do encerramento de cada exercício social, declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento, pela Emissora, das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis da Data de Liquidação das Debêntures, documento comprobatório da utilização dos recursos captados na Emissão, na forma da Cláusula 4.5 da Emissão para o pagamento do preço de aquisição ("Preço de Aquisição") de ações ordinárias de emissão da Aceco, nos termos do SPA;
 - (iv) em até 3 (três) Dias Úteis da Data de Liquidação das Debêntures, documento comprobatório da utilização dos recursos captados nesta Emissão para o pagamento do preço de aquisição das ações da Aceco, conforme venha a ser solicitado pelos Debenturistas em comunicação por escrito ao Agente Fiduciário;
 - (v) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 5 (cinco) Dias Úteis desde que justificado pela Emissora, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), exceto no caso de informações que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado, que terão o tratamento previsto na alínea (vii) abaixo;
 - (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 5.18 acima;
 - (vii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de Assembleias Gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados os respectivos registros na JUCESP;
 - (viii) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, na mesma data, em que tal obrigação de natureza pecuniária deveria ter sido cumprida;
- L
W

- BOLETA
13 14
- (ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do conhecimento por parte da Emissora do descumprimento;
 - (x) imediatamente cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (xi) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos; e
 - (xii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Oitava, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente, desde que seja do seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 5.13.1. desta Escritura de Emissão;
 - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP;
 - (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou

2

M

- W

10259
10 05 14

- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) tomar todas as medidas para manter válidas e regulares as autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais (se aplicáveis), exigidas pelas autoridades governamentais competentes que afetem de forma material o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Aceco ou pelas Subsidiárias Relevantes, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (q) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (r) (i) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação e (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 358 e da Instrução CVM 476;
- (s) submeter suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (t) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores e encaminhar à CETIP, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados das datas de divulgações de suas demonstrações financeiras;
- (u) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

l

W

- (w) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Debêntures, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Debêntures e suas garantias, nos termos do Contratos de Garantia, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar as Debêntures, desde que os Debenturistas não possam fazê-lo;
- (x) manter os documentos mencionados na alínea (s) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (y) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (r) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009.

6.3. As despesas a que se refere à Cláusula 6.2(n) acima compreenderão, sem limitação, despesas razoáveis e comprovadamente incorridas com relação ao seguinte:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos da solicitação;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e previamente aprovadas pela Emissora; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

2

W

6.4. Não obstante as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, as Partes concordam que a Emissora está expressamente autorizada a realizar a operação pela qual será incorporada pela Aceco, independente de aprovação dos Debenturistas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

l

W

- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;
- (l) as Garantias, nos termos da Cláusula 5.19 acima, estarão constituídas e serão exequíveis após os devidos registros e cumprimento da Condição Suspensiva, bem como, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e, nos termos do Contrato de Garantia são suficientes;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (n) conforme exigência do artigo 12, XVII, alínea "k" da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguinte emissão: (i) na 1ª emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, da Aceco TI S.A., com vencimento em 11 de novembro de 2016, no volume total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na data de emissão, mediante a emissão de 50 debêntures, sendo certo que foram realizados pagamentos de juros e amortização conforme o cronograma previsto na referida escritura de emissão; e (ii) na 4ª emissão pública de debêntures simples, da espécie com garantia real da Aceco TI S.A. de acordo com os termos previstos na cláusula 5.19.5 acima, emitida em 23 de junho de 2014, com vencimento em 23 de junho de 2021, no volume total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na data de emissão, mediante a emissão de 22.000 (vinte e duas mil) debêntures sendo certo que não foram realizados pagamentos de juros e amortização fora do cronograma previsto na referida escritura de emissão;

- (o) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) será devida parcela única de R\$10.000,00 (dez mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) Dias Úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) no caso de celebração de aditamentos a presente Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;

h
h

- ANEXO
13.03.14
- (d) as remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
 - (e) os tributos vigentes à época do pagamento, tais como ISS, PIS e COFINS serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que seja paga líquida de impostos;
 - (f) as parcelas da remuneração dispostas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;
 - (g) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
 - (h) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
 - (i) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo;
 - (j) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos
- l
h

31/05/2014
13:05:14

com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos;

- (k) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (l) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento de Remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados;
- (m) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário. Obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos;
- (n) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (o) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas.

2
M

As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, a expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; e (ii) dos Contratos de Garantias nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, em ambos os casos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e



exequibilidade, bem como intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. resgate, amortização, e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora;



- vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- viii. declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por pela própria Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- x. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (m) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. no escritório do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas exclusivas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza,

desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (s) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 5.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ciência da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos Interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora; e
- (u) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (v) divulgar as informações referidas no item (ix), da alínea (m) desta Cláusula, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou

M
L

- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

7.6.1. O Agente Fiduciário, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as Instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

mw
l

1103237
12 05 14

7.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

7.9.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

7.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3 acima.

7.9.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

RECIBO
18-06-14

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das Assembleias Gerais de acionistas.

8.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes, aos representantes do Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis.

8.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.4.2. Independente das formalidades previstas nesta Escritura de Emissão, será considerada regular Assembleia Geral dos Debenturistas que comparecerem todos os Debenturistas.

8.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.



2023
10 05 14

tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador, familiares, ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Aceco nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA ACECO

9.1. A Emissora e a Aceco, neste ato declaram individualmente que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, a constituição da Garantia e ao cumprimento de suas obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Documentos de Garantia, bem como o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, na Emissão, e na colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a Aceco sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades




est sejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Aceco, salvo os mencionados nesta Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Aceco ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Aceco ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) em seu melhor conhecimento, estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, necessárias à condução de seus negócios, que afetem de forma material o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Aceco, conforme o caso, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (f) não possuem conhecimento de que as suas demonstrações financeiras disponíveis não representam corretamente a sua respectiva posição financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) a Emissora tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da presente Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over, divulgada pela CETIP, e com a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e a Aceco e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão e a Garantia, previstas nas Cláusulas 5.19, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Aceco, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;

W

l

- (k) em seu melhor conhecimento, a Emissora tem todas as autorizações, concessões, alvarás ou e licenças, inclusive as ambientais (se aplicáveis), exigidas pelos respectivos órgãos e/ou autoridades competentes, que afetem de forma material o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; e
- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e a Aceco de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

9.1.1. A Emissora e a Aceco obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

9.1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.1 acima, a Emissora e a Aceco obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

CLÁUSULA DEZ – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

AUCKLAND PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 7º andar, Jardim Europa,

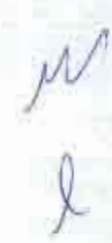
CEP 04536-001, São Paulo, SP

At.: Timotheus Osnabrug

Tel.: (11) 3074-0431

E-mail: timotheus.osnabrug@kkcr.com

Para o Agente Fiduciário:



ACECO
19 03 14

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-100

At.: Antonio Amaro e Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; ger3.agente@oliveiratrust.com.br

Para Aceco TI S.A.

ACECO TI S.A.

Avenida Armando Andrade nº 529, parte A, parque Santos Dumont

CEP 06754-210, Taboão da Serra, Estado de São Paulo

At.: Eduardo Marini

Tel.: (11) 2164 7105

E-mail: eduardo.marini@acecoti.com.br

Para Auckland – Fundo de Investimento em Participações

A/C CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 – Bloco A (parte), Vila Olímpia

CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Marcio Pinto Ferreira

Tel.: (11) 3553-6910

E-mail: mpferreira@santander.com.br; admfiduciaria@santander.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/no., Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara,

CEP 06029-900 Osasco – São Paulo

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2822

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br /

4010.custodiarf@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A. – Mercados Organizados:

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

M
L

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a Comissão de Valores Mobiliários:

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares – Centro
CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ

At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE

Tel.: (21) 3554-8686

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama, ou correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fax, por telegrama, ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

W
L

DUPLICA
18 06 14

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil,

11.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.8. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA DOZE - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Aceco e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

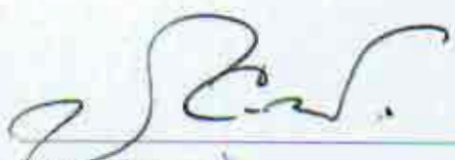
São Paulo, 09 de junho de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

W
L

Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Auckland Participações S.A.

AUCKLAND PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: SORAYA BENTO EDUARDO FERREIRA CORREIA
Cargo: DIRETORA PRESIDENTE



Nome: TIMOTHEUS JACOBUS OSÓRIO
Cargo: DIRETOR



Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Auckland Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: _____
Cargo: _____
Sônia Regina Menezes
Procuradora



Nome: _____
Cargo: _____
Leonardo Carlos P. Moreira
Procurador

Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Auckland Participações S.A.

AUCKLAND - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Adriano S. Amorim
CPF nº 123.456.789-00
Administrador Fundador

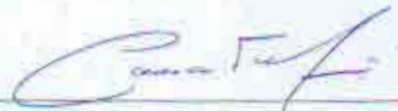
Marcelo Vieira Francisco
CPF nº 987.654.321-00
Administrador

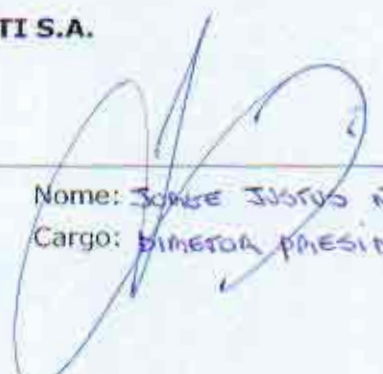
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Auckland Participações S.A.


Aceco TI S.A.


Nome: EDUARDO CASASANTA MARDINI
Cargo: DIRETOR DE RELAÇÕES COM AÇÕES


Nome: JORGE JUSTUS NITEAN
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Testemunhas:


Nome: Erica Regina Rodrigues Cardozo
RG: RG 32.350.525-9
CPF: CPF 214.836.818-40


Nome: MARA LR CASTRELI
RG: 13276542
CPF: 146 536 348-31

